

Sumário

Prefácio	XIII
Introdução	1
1. Os Direitos Fundamentais e a Tutela da Liberdade Individual.....	5
1.1 A liberdade individual no Estado Liberal	5
1.2 A liberdade individual no Estado Social	10
1.3 O significado da dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico brasileiro	16
1.3.1 Esclarecimentos iniciais.....	16
1.3.2 A ligação entre dignidade, liberdade e direitos fundamentais	19
1.3.3 Os contornos constitucionais da dignidade da pessoa humana enquanto norma autônoma	23
1.3.3.1 A necessária simbiose heterônomo-autônoma do conceito de dignidade da pessoa humana	27
1.3.3.2 A dupla dimensão da dignidade da pessoa humana e alguns desdobramentos	30
1.3.4 A leitura da dignidade da pessoa humana em três níveis de realização.....	34
1.4 A importância da tutela da autonomia privada na busca por uma “liberdade livre”	36
1.4.1 Questões preliminares	36
1.4.2 A tutela constitucional da autonomia privada	39
1.4.3 Limites à autonomia privada	44
2. O Significado da “Vinculação” aos Direitos Fundamentais	49
2.1 Notas prévias.....	49

2.2 A dimensão subjetiva dos direitos fundamentais	49
2.3 A dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	53
2.4 Delimitando o conceito da destinação dos particulares aos direitos fundamentais.....	58
3. Teorias sobre a Vinculação dos Particulares aos Direitos Fundamentais.....	63
3.1 Notas prévias.....	63
3.2 Quem são os reais “particulares”?.....	64
3.3 Teoria da eficácia mediata.....	67
3.3.1 Variações da teoria.....	77
3.3.2 O contraponto da teoria	81
3.4 Teoria da eficácia imediata.....	85
3.4.1 Variações da teoria.....	97
3.4.2 O contraponto da teoria	100
3.4.2.1 A vinculação direta em relações de poder ou de poder privado	100
3.4.2.2 Vinculação direta em situações de paridade	107
3.5 A teoria do dever de proteção.....	133
3.5.1 O contraponto da teoria	142
3.6 Teoria da convergência estatista.....	147
3.6.1 O contraponto da teoria	148
3.7 Teoria da state action	151
3.7.1 O contraponto da teoria.....	158
3.8 O modelo em três níveis de Alexy	162
3.8.1 O contraponto da teoria	166
3.9 O Supremo Tribunal Federal e a eficácia horizontal dos direitos fundamentais	167
Conclusão.....	177
Referências Bibliográficas	181